

Trevijano Etcheverría, Ramón. *A Bíblia no Cristianismo antigo. Pré-nicenos, Gnósticos, Apócrifos. Introdução ao Estudo da Bíblia*, vol. 10 (trad.). São Paulo: Editora Ave Maria, 2009, 23 x 16 cm, 404 p.

Pe. Ney Brasil Pereira*

Aí está o décimo e último volume da grande “Introdução ao Estudo da Bíblia”, publicada originalmente em espanhol, sob a coordenação de José Manuel Sanchez Caro, e já integralmente traduzida. O próprio autor do volume, Ramón Trevijano Etcheverría, professor emérito da universidade de Salamanca e membro da Pontifícia Comissão Bíblica, apresenta a obra, traduzida do original espanhol de 2001. Diz que o título é “extremamente amplo, e que poderia corresponder a qualquer manual de patrologia que desse especial atenção à exegese patrística” (p. 13). Restringe, porém, o seu estudo a três grandes temas: a exegese cristã mais antiga (anterior ao concílio de Niceia), o gnosticismo cristão, e a literatura apócrifa relacionada ao Novo Testamento. E justifica: “Tanto o gnosticismo como a literatura apócrifa são campos de notória atualidade. E o são no âmbito científico e acadêmico, pelas novas descobertas de documentos, mas particularmente no campo teológico, pela importância das colocações apresentadas e o alcance das soluções propostas.” A cada um desses temas dedica “um capítulo introdutório, no qual esboça um panorama das posições literárias, históricas e teológicas” expostas a seguir (p. 13).

Ainda na apresentação, o autor detém-se a refletir sobre a diferença entre a abordagem da Escritura no tempo dos Pais¹ da Igreja e a que surgiu sob o impacto do Iluminismo do século XVIII e dos métodos positivos dos séculos XIX e XX. À p. 15, escreve: “Atualmente contamos com mais recursos do que aqueles de que os Pais dispunham, para compreender melhor a Bíblia como palavra humana. Temos um acesso mais amplo e

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor no ITESC.

1 Uso a terminologia “Pais da Igreja”, ou simplesmente “Pais”, já corrente em autores evangélicos, em vez da tradicional “Padres da Igreja”, ou simplesmente “Padres”, por motivos óbvios.



preciso à situação dos hagiógrafos, a seus recursos literários, a seu condicionamento cultural, e a seu contexto sociopolítico. Em consequência, sabemos que, compreender melhor a Bíblia como linguagem humana, pode fazer-nos captar aspectos novos dessa riqueza sempre antiga e sempre nova, que é a revelação divina através da Escritura”.

Depois da contraposição entre exegese patrística e exegese histórico-crítica (pp. 14-18), o autor resume as “orientações do Magistério” (pp. 18-22). Além da *Dei Verbum*, o documento fundamental do Vaticano II sobre a Revelação (1965), é lembrado e valorizado o documento da Pontifícia Comissão Bíblica sobre “A interpretação da Bíblia na Igreja”, publicado em 1993, ano do cinquentenário da “*Divino Afflante*”, de Pio XII (1943). Mas temos também, de 1989, a “Instrução sobre o estudo dos Pais da Igreja”, publicada pela Congregação para a Educação Católica. Esse documento reafirma que os Pais “são testemunhas privilegiadas da tradição viva da Igreja, testemunhas e garantias de uma autêntica tradição católica, a qual, desde o início do cristianismo, continua através dos séculos até o dia de hoje” (p. 20). Ainda, segundo a Instrução, “seria para desejar que a exegese dos Pais, vista não como antagonista mas como complementar da exegese histórico-crítica, nos abrisse mais os olhos para outras dimensões da exegese espiritual e da hermenêutica, enriquecendo-as de intuições profundamente teológicas” (p. 22).

Antes ainda da apresentação, temos seis páginas de “siglas e abreviaturas” (pp. 7-12). Quanto à bibliografia, o autor adverte que “ela é imensa, para cada uma das três partes” ... e “a que é citada em cada capítulo corresponde exclusivamente aos livros ou artigos utilizados para sua composição” (p. 22).

A primeira parte do livro, dedicada à “Exegese pré-nicena”, é desenvolvida em cinco capítulos: O primeiro, sobre a “Bíblia judeu-cristã”, trata da “formação e recepção” desse novo “cânon dual” (pp. 29-38), e da “atualização das Escrituras” (pp. 38-49), aí estudando as formas do midrax: *halaká*, *hagadá*, *peshet*. Segue um “sumário”, resumindo o capítulo em três páginas (pp. 49-51). No começo do capítulo, uma alentada bibliografia, em duas páginas e meia (pp. 27-29), além das notas de rodapé, recurso que se encontra em cada um dos capítulos do volume. Esse é o esquema de todos os capítulos, destacando-se a utilidade prática do sumário.

O segundo capítulo, sobre “a Escritura como testemunho de Cristo”, começa por estudar o “*peshet*” cristão (pp. 53-57), seguindo-se “os



testemunhos cristológicos na Igreja antiga”, desde a Didaqué até Orígenes e Cipriano, passando por Justino e Irineu. (pp. 57-68). O terceiro capítulo é dedicado ao estudo da “alegoria e tipologia”, tão decisivas para o próprio texto e a interpretação do Novo Testamento. O método alegórico é estudado a partir de Filão de Alexandria, até Orígenes (pp. 73-78), seguindo-se a apresentação da “tipologia cristã” (pp. 78-89). Após um “contraste entre alegoria e tipologia” (p. 89), segue o sumário (pp. 90-92).

O quarto capítulo tem por título “o cânon dual”, e começa abordando a relação entre “Torá escrita”, o Pentateuco, e “Torá oral”, a tradição rabínica que também remonta a Moisés (pp. 96-99). Citando Trebolle Barrera, o autor sintetiza: “O judaísmo rabínico pode ser definido como a religião da dupla Torá, a escrita e a oral, assim como o cristianismo é a religião dos dois Testamentos” (p. 99). Em continuação, estuda o “cânon do Novo Testamento”, a partir da composição e recepção dos seus 27 livros (pp. 99-114), e fala dos “livros discutidos que ficaram fora do cânon” (pp. 114-116). Entre os “testemunhos do cânon”, apresenta Justino, os montanistas, Teófilo de Antioquia, Irineu, Tertuliano, as versões latinas, e o cânon de Muratori (pp. 116-120). O sumário (pp. 120-122) conclui o capítulo.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação de “alguns exegetas”. Depois da referência à “exegese antioquena”, florescente no séc. IV, mas precedida por Teófilo de Antioquia no final do século II, o autor começa com os representantes da “tradição asiática”: Justino e Irineu (pp. 127-130). Seguem os representantes da “tradição africana”: Tertuliano e Cipriano (pp. 130-136), e os da “tradição alexandrina”: Atenágoras, Clemente, e Orígenes (pp. 137-147). Sumário, nas pp. 147-149.

A segunda parte do livro, dedicada aos “gnósticos”, conta com seis capítulos. O primeiro, introdutório, depois de discutir os conceitos de “gnose e gnosticismo” (pp.156-157), e de elencar suas fontes (pp. 157-159), aborda a “história da interpretação” do movimento, florescente nos séculos II e III (pp. 159-166) e, finalmente, sua “caracterização”, ou seja, os “tipos de gnosticismo” e os “elementos da mitologia gnóstica” (pp. 166-174). Segue o sumário, nas pp. 174-175.

O capítulo segundo é dedicado às “questões gnósticas”, agrupadas em dois subtítulos: “na vida do gnóstico” (pp.178-185) e “o mito escatológico” (pp. 186-190), seguindo-se o sumário (pp. 190-191). A exposição é constantemente referendada por citações dos documentos gnósticos,



propiciando um bom contato com o seu pensamento. O capítulo terceiro tem por título “O conhecimento”, expondo-o nas suas várias faixas: o conhecimento de si mesmo, o conhecimento do mundo, o conhecimento de Deus, o conhecimento do Revelador (pp. 195-205). Seguem os “efeitos do conhecimento”: o discernimento entre os humanos, que podem ser “materiais”, ou “psíquicos”, ou “espirituais”, a reintegração no estado original e, enfim, a redenção libertadora (pp. 205-208). O sumário (pp. 208-209) propicia uma visão de conjunto das informações parceladas.

No capítulo quarto o autor aborda as “antropologias gnósticas”, mostrando como respondiam às perguntas “o que somos e o que fomos”. Lembrando que o ponto de partida da antropologia gnóstica é a consciência da alienação (p. 212), o autor, depois de lembrar os “mitos antropogônicos” (pp. 213-214), aborda a questão da “carne e corpo” (pp. 214-221) e a da “alma e espírito” (pp. 221-227). Fala também da dicotomia do masculino e do feminino, que se reintegram na unidade (pp. 231-235). Sumário, nas pp. 235-236.

O capítulo quinto, com o título “teologias gnósticas”, respondendo às perguntas “de onde viemos e para onde vamos”, se debruça sobre a questão de Deus. De um lado, o “Incognoscível”; de outro, este mundo material teve origem de um outro “deus”. Essa duplicidade na consideração do divino “é um recurso para se explicar a passagem da unidade para a multiplicidade. De resto, o valentinismo e formas similares do gnosticismo são fundamentalmente monísticos” (p. 239). Partindo do conceito do “Deus uno” (pp. 239-246), o autor mostra a passagem “da unidade à multiplicidade” (pp. 246-251) e expõe os “diversos sistemas gnósticos” (pp. 251-264), nada fáceis de entender, entre os quais o de Basílides, de Cerinto, de Valentim e dos valentinianos, o de Marcião, e o de Apeles. Sumário, nas pp. 264-266.

O capítulo sexto aborda as “exegeses gnósticas”, começando com uma síntese sobre os “pressupostos hermenêuticos” e a “metodologia exegética” dos seus principais representantes (pp.268-271). Depois de apresentar a exegese gnóstica do Antigo Testamento (pp. 271-277), o autor passa para o Novo Testamento (pp. 278-288), começando com “o paulinismo dos gnósticos”, passando para “os Sinóticos nos textos de Nag Hammadi”, “as parábolas” e, finalmente, em fragmentos conservados por Orígenes, “o comentário de Heracleão ao quarto evangelho”. Segue o sumário, nas pp. 288-290.



A **terceira parte** do livro se detém nos “Apócrifos do Novo Testamento”, aos quais dedica cinco capítulos. O primeiro, de introdução ao tema, começa comentando a anterior “desvalorização dos Apócrifos” (pp. 294-300), seguindo-se três páginas sobre sua atual “revalorização” (pp. 300-303), isto é, a percepção, a qual não deve ser acrítica, de que eles contribuem positivamente para melhor entendermos os escritos canônicos. Essa revalorização, nos últimos 50 anos, é devida em parte à descoberta dos documentos de Nag Hammadi. Entre as “cartas apócrifas” (pp. 303-309), o autor comenta a de Tiago, a de Pedro a Filipe, e a “carta dos apóstolos”. Sumário, nas pp. 309-311.

O capítulo segundo aborda “as tradições dos ditos e discursos de Jesus”, começando pelas “tradições sobre Jesus” (pp. 314-318). O autor expõe a “busca pelo Jesus histórico” e reflete sobre a relação entre “cristologia e tradição de Jesus”. Aborda a seguir as “tradições de ditos” (pp. 318-124), referindo-se aos “ditos isolados” (*agrapha*), aos “ditos em autores mais antigos”, às “coleções de ditos”, entre as quais, a *Quelle*, e, especificamente, ao “evangelho de Tomé”. Seguem os “evangelhos em forma de diálogos” (pp. 324-330), entre os quais, o “evangelho dos Egípcios”, o “diálogo do Salvador” e o “evangelho de Filipe”. Entre os “evangelhos discursivos” (pp. 330-333), comenta o “evangelho da Verdade” e a “*Sophia Jesu Christi*”. Segue o sumário, nas pp. 333-334.

O capítulo terceiro se ocupa com as “tradições de relatos” e os “evangelhos apócrifos”. Entre as “tradições de relatos” (pp. 336-339), cita o “*Papyrus Egerton 2*” e o “evangelho de Pedro”. Reflete sobre a “formação de evangelhos”, “gênero literário especificamente cristão” (pp. 340-342), e fala dos “três evangelhos judeu-cristãos”: o “evangelho dos Nazarenos”, o “evangelho dos Ebionitas” e o “evangelho dos hebreus” (pp. 343-344). Aborda ainda as “narrativas legendárias”, entre as quais o “protoevangelho de Tiago” e o “evangelho de Tomé da infância” (pp. 344-347) e os chamados “textos manipulados”, como o “evangelho secreto de Marcos” (pp. 348-349). Sumário, nas pp. 349-350.

O capítulo quarto, ao abordar os “Atos apócrifos de Apóstolos”, começa distinguindo “três maneiras de entender os Apóstolos” no século II: 1) a judeu-cristã, que vê os Apóstolos como ponto de partida da “tradição apostólica”; 2) a helenizante, que os vê como “homens divinos, itinerantes e taumaturgos”; e 3) a gnóstica, que os vê como “iniciados do Deus revelador” e “divindades reveladoras” eles mesmos (pp. 353-354). Segue uma apresentação do “gênero literário” dos Atos apócrifos, seu



“contraste com os Atos canônicos”, seu “mundo social” e sua “recepção” (pp. 354-359). O capítulo prossegue com informações detalhadas sobre os “Atos de Pedro” (pp. 359-362), os “Atos de Paulo” (pp. 363-368), os “Atos de André” (pp. 368-371), os “Atos de João” (pp. 371-374) e, enfim, os “Atos de Tomé” (pp. 374-379). Sumário, nas pp. 379-380.

O capítulo quinto, último do volume, trata dos “Apocalipses cristãos apócrifos”. Após uma introdução sobre “produção e recepção da literatura apocalíptica” (pp. 383-384), o autor fala da “pseudonímia judaica e pagã” (pp. 384-392), comentando a “Ascensão de Isaías”, os livros “V e VI de Esdras”, e os “oráculos sibilinos cristãos”. Da “pseudonímia cristã” (pp. 392-402) ele destaca: o “Apocalipse de Pedro”, o “Apocalipse copta de Pedro”, o “Apocalipse copta de Paulo”, o “Apocalipse eclesiástico de Paulo”, e os “dois Apocalipses de Tiago”, de Nag Hammadi. O sumário deste capítulo, nas pp. 402-404, encerra o volume.

Essa detalhada apresentação do conteúdo proporciona uma ideia da riqueza imensa de informações que o autor sistematizou e colocou à disposição dos seus leitores. São informações referendadas por cuidadosa bibliografia, que possibilita, aos interessados, o aprofundamento posterior. Não é um livro de fácil leitura, especialmente na segunda e terceira partes, dedicadas, respectivamente, aos gnósticos e aos apócrifos do Novo Testamento. Surpreende a pluralidade dessa literatura, em grande parte desconhecida e, tantas vezes, em si mesma, hermética.

Há vários equívocos, mais ou menos importantes, do tradutor, que escaparam ao revisor. Anotei-os em grande número, mas não é o caso de elencá-los aqui. Só a título de exemplo, na p. 14, em cima, lemos por duas vezes “aproximações”, em vez de “abordagens”; na p. 18, pela metade, em vez de “é digno de pena” deveria ser “digno de atenção”; na p. 22, em cima, em vez do ofensivo “caduco”, seria preferível “ultrapassado”... Às vezes, deixa-se o espanhol num título, p. ex., na p. 32, “o *Apocalipsis* de Esdras”, quando deveria ser “Apocalipse”; ainda na p. 32, os “pseudépígrafos” (livros pseudépigráficos) aparecem como “pseudépígrafes” (falsos títulos); na p. 36, na última nota, a abreviação da “epístola de Barnabé” deveria ser *Barn*, não “Bern” (do espanhol Bernabé); na p. 39, o termo “*Mishná*” aparece na forma espanholada “Misná”; nas pp. 46 e 47, encontra-se “*derash*”, quando deveria ser “*midrash*” (ou, na forma aportuguesada “midraxé”), e “*midrásico*” em vez de “midráshico” (ou “midráxico”); na p. 358, a referência aos “Atos de Tomé” aparece como “*HchTom*”, do espanhol “Hechos”; às vezes, a sigla de “Tiago” ficou



“*Sant*”, de “Santiago”; na p. 45, em cima, a citação da carta de Judas está equivocada: deve ser “Jd 9.14” (são dois versículos do único capítulo da carta), e não “Jd 9,14”; nas pp. 65 e 70 aparece o adjetivo “*escriturário*” em vez de “*escriturístico*” etc etc.

Em suma, estamos diante de uma obra preciosa, realmente útil para pôr-nos em contato com o pensamento de outros nossos irmãos na fé, que viveram e refletiram essa fé de modo original, embora não segundo os padrões ortodoxos dominantes. Por isso mesmo, rejeitados no seu tempo, a sua redescoberta, exatamente nestes tempos de diálogo ecumênico e inter-religioso, contribuirá para alargar os nossos horizontes teológicos, fazendo-nos cada vez mais conscientes de que “*Deus é maior do que o nosso coração*” (1Jo 3,20).

Endereço do Recensor:

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1690

CEP 88040-001 Florianópolis, SC

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br



JUNGMANN, SJ, Josef Andreas. MISSARUM SOLLEMNIA. Origens, liturgia, história e teologia da Missa Romana, trad. brasileira do original alemão de 1962 (5ª. edição). São Paulo: Paulus, 2009, 23,5 x 16,5cm, 965 p.

*Ney Brasil Pereira**

Antes de tudo, parabéns à Paulus pela coragem editorial de traduzir esta obra monumental, complexa, abrangente, cujo conteúdo corresponde plenamente ao seu subtítulo: “Origens, liturgia, história e teologia da Missa Romana”. Embora exista, desde 1951, a tradução espanhola, fazia falta, sem dúvida, esta versão brasileira. O autor do original, o jesuíta alemão (austriaco?) Josef Andreas JUNGMANN, falecido em 1975 aos 86 anos de idade, teve ainda tempo de corrigir, numa quinta edição, esta sua obra prima, publicada em 1948, de tanta influência no movimento litúrgico que culminou no Vaticano II. Esta quinta edição, corrigida e aumentada, saiu na Alemanha em 1962, ano em que começou o Concílio, mantendo o seu caráter de estudo litúrgico, histórico e teológico da nossa Missa, do rito latino, como era celebrada antes da reforma conciliar, embora incorporando as mudanças da década de 50, sob Pio XII. Seria anacrônico, portanto, buscar nesta obra informações sobre o Missal de Paulo VI, cuja primeira “edição típica” data de 1970.

Nesse caso, seria apenas “arqueológico” o interesse pela obra de Jungmann? Absolutamente. É que o nosso Missal atual evidentemente não foi produzido por geração espontânea de “liturgistas modernizantes”, mas é o fruto maduro, precioso, acarinhado, de toda uma caminhada histórica de quase 2000 anos, tão detalhadamente documentada por Jungmann.

Isso dito, antes da recensão propriamente dita, uma observação inicial, a meu ver, fundamental. É sobre a própria tradução, feita por Monika Ottermann e revisada por Gregório Lutz. Não me refiro à tradução como tal, bastante cuidadosa, embora com aquelas falhas normais de revisão tipográfica, digo “normais” num texto tão complexo. Refiro-me à *falta de tradução das citações em latim*. Numa obra com tantas citações *em latim*, a começar do próprio título, na situação em que hoje se

* O recensor, Mestre em Ciências Bíblicas, é professor no ITESC, Instituto Teológico de Santa Catarina, Florianópolis, SC.



encontram os leitores, a imensa maioria, ignaros do latim, eles perderão muito, pelo fato de *essas citações em latim não terem sido traduzidas*. Seria um trabalho extra, a obra aumentaria o número de páginas etc, mas penso convictamente que, numa segunda edição em português, mesmo mantendo, é claro, essas importantes citações em latim, que são parte essencial do texto, elas deveriam ser traduzidas. Isso porque, hoje, é um fato, talvez lastimável, mas é um fato: nem clérigos, nem, muito menos, leigos, estudam e sabem latim. Quantos leigos estão sendo incentivados a fazer teologia, a ler e estudar liturgia, mas, não sabendo latim, não poderão aproveitar devidamente esta preciosidade, que é o “*Missarum Sollemnia*” de Jungmann! A propósito, como se traduziria esse título latino, mantido da edição alemã original? Literalmente, “A(s) solenidade(s) da(s) Missa(s)”? Ou, melhor, porque a tradução “literal” é às vezes “traidora”: “Os ritos da Missa”, ou “A liturgia da Missa”?

Agora, sobre o livro como tal, não me furto a citar os dois parágrafos iniciais do Prefácio do autor à primeira edição de sua obra, em 1948: “Ninguém poderá ter dúvidas: se existir uma instituição da nossa cultura tradicional que merece que não nos contentemos somente com o conhecimento de sua superfície, mas que aprofundemos com todo o cuidado e amor sua gênese e sua evolução e que procuremos conhecer o sentido do último dos seus detalhes, então esta é, mesmo salvo considerações mais profundas, a liturgia da Santa Missa que é celebrada diariamente em centenas de milhares de altares, e para a qual acorre a cada domingo todo o povo cristão. Não faltam abordagens introdutórias: elas são publicadas, ano após ano, para os mais diversos círculos de leitores. Também não faltam esforços científicos: felizmente, esses aumentaram, principalmente nas últimas décadas. No entanto, há tempo ninguém tentou apresentar uma abordagem de maior alcance, que reunisse e tornasse frutífero o resultado dos mais diversos trabalhos individuais” (p. 5).

Pois bem, Jungmann o “tentou”, e conseguiu, apesar das dificuldades quase insuperáveis que enfrentou, trabalhando em Viena, exatamente nos anos terríveis da guerra mundial de 1939-45. A volta, após a guerra, para Innsbruck, onde havia iniciado o trabalho, podendo agora dispor novamente da biblioteca do Seminário de Liturgia, deu-lhe ainda a possibilidade de “verificar criticamente todas as citações, após mais meio ano de trabalho intenso” (cf p. 7)

Isso, em 1948. Mas cito ainda alguns parágrafos do “Prefácio à quinta edição”, de 1962. Assim o começa Jungmann, então com 73 anos



de idade: “Uma vez que a graça de Deus me permitiu a possibilidade de preparar uma nova edição da presente explicação da Missa, enquanto a quarta edição (1958) teve de ser publicada apenas com ‘acrêscimos’, foi naturalmente minha intenção aperfeiçoá-la na medida do possível e, por meio de *uma revisão completa*, dar-lhe uma forma que condiga a uma apresentação deste ano de 1962” (p. 9). E prossegue, mais adiante: “O leitor não deve ficar surpreso de que capítulo nenhum, e somente poucas páginas da presente obra, sobreviveram aos 14 anos – desde 1948 – sem modificação, acrêscimos, subtrações, novas referências ou dicas, mas, na maioria dos casos, apenas nas notas de rodapé” (p. 10). E conclui: “Em geral, o livro pôde permanecer o que era. Se ele, hoje em dia, está presente no mundo católico em cinco línguas e tem encontrado, ocasionalmente, uma cordial recepção também além dos limites do mundo católico, se pôde assim contribuir para que o Sacrifício da Igreja seja compreendido melhor e, às vezes, também celebrado mais dignamente, *se favoreceu também a aceitação de reformas comedidas do rito sagrado*, então estou bem consciente de que o mérito é – além Daquele que, em última instância, é o único que dá sucesso e bom êxito – do autor desta síntese apenas numa medida muito pequena. Em medida muito maior, o mérito é dos muitos trabalhadores silenciosos que, há mais de um século, reuniram, pedaço por pedaço, os elementos para a elucidação da construção misteriosa da liturgia da Missa. *Que o iminente Concílio* se torne aquele ponto de virada a partir do qual todas as explicações da história da liturgia tenham somente uma importância reduzida, porque a liturgia recebe uma forma que fala através de si mesma, e já não necessita de explicações complicadas” (pp. 10 e 11).

E agora, vejamos em síntese o conteúdo da obra. Após uma Introdução, em cinco páginas (pp. 15-19), começa o “primeiro volume”, intitulado “A Missa ao longo dos séculos” e subdividido em três partes: I. “A forma da Missa ao longo dos séculos” (pp. 23-182); II. “Aspectos essenciais da Missa” (pp. 183-265); III. “Os ritos das partes da Missa. A liturgia da Palavra”, subdividida em duas secções: 1ª, “A Abertura ou rito de Entrada” (pp. 269-383); 2ª, “A liturgia da Palavra” (pp. 385-479). O “segundo volume”, intitulado “A liturgia eucarística”, contém a quarta parte do conjunto da obra, dedicada aos “ritos das partes da Missa”, e está subdividido em quatro secções: 1ª, “A preparação das ofertas” (pp. 485-570); 2ª, O “*cânon actionis*”, ou seja, “a Oração eucarística como um todo” (pp. 571-728); 3ª, “Os ritos da Comunhão” (pp. 727-859); 4ª, “Os ritos finais” (pp. 861-896). Segue o utilíssimo e detalhado “Índice



Analítico”, alfabético (pp. 897-943) e, depois do “Índice de citações bíblicas” (pp. 945-950), ainda o “Índice de fontes” (pp. 951-961), que tanto ajuda na comprovação das afirmações e citações.

Tenho ainda comigo, do meu tempo da Teologia em Roma, a segunda edição da tradução espanhola incluída na BAC (Biblioteca de Autores Cristianos), e publicada em Madrid, em 1953, com o título “*El Sacrificio de la Misa. Tratado histórico-liturgico, Versión completa española de la obra alemana en dos volúmenes...*” A primeira edição dessa tradução espanhola tinha sido publicada dois anos antes, em 1951, isto é, apenas dois anos depois da segunda edição do original alemão. Na edição espanhola de 1953, já estão incluídas as “adições e correções” da terceira edição alemã, de 1952. Como o formato da BAC é menor que o da nossa edição brasileira, conseqüentemente o número de páginas é maior: 1265 páginas. Não é preciso enfatizar o quanto esta obra me ajudou, e com quanto proveito a estudei naquela época, quase 60 anos atrás. Relendo-a agora em português, 40 anos após a publicação do Missal de Paulo VI, continua inalterado o encantamento por todos esses detalhes, reunidos e comentados com tanta objetividade, clareza, e amor pela Eucaristia, por Josef Jungmann.

De resto, não pretendi, com essas observações, elaborar uma resensão propriamente dita da obra como tal. Logo após seu aparecimento, devem ter sido muitas as recensões e resenhas, nas revistas especializadas de teologia e liturgia da Europa. O que pretendi, sim, foi assinalar a importância desta versão brasileira, enfim colocada à disposição dos nossos estudantes, clérigos e leigos, de teologia. Mas, antes de terminar, insisto na necessidade, numa próxima edição, de *traduzir as numerosas citações em latim*. Isso, sem falar das inúmeras referências em alemão, algumas em francês e inglês, nas abundantes notas. Mas aí, talvez, seria exigir demais.

Terminando, cito o que está na contracapa, retirado da Introdução do próprio autor: “Desde que o Homem-Deus passou por nossa terra e concluiu seus dias com o sacrifício da salvação na cruz, teve início aquela celebração que, a partir de então, passa por todos os séculos como presença misteriosa de sua autoentrega universalmente salvífica, e que nunca cessará, *até que Ele volte* (cf 1Cor 11,26). Em repetição infinita, ora em esplendor festivo e no meio de milhares de pessoas animadas pela fé, ora no silêncio de uma pequena capela, na simplicidade de uma igreja rural, em todo lugar realiza-se, dia após dia, o mesmo mistério. (...) O próprio



Cristo deu somente o cerne inicial da celebração. O estojo precisava ser criado pelas pessoas humanas. Foi a Igreja que o criou, lentamente, tanto no conjunto quanto nos detalhes dos distintos elementos dos quais a liturgia da Missa hoje se compõe” (p. 15). Para apreciá-lo devidamente, *Missarum Sollemnia* é um subsídio precioso, imprescindível.

Endereço do Recensor:

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br